

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

20/10/2026

Sumário

1. “Vai causar acidente, vai morrer família” moradores do Jaó alertam para riscos caso a Rua da Divisa não seja duplicada

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
19/10/2026 17:11

“Vai causar acidente, vai morrer família” moradores do Jaó alertam para riscos caso a Rua da Divisa não seja duplicada

Visualizar notícia

Fonte original

A Rua da Divisa, no Setor Jaó, faz jus ao nome: além de separar bairros, divide opiniões e alimenta uma disputa jurídica que se arrasta há anos em Goiânia. O congestionamento constante na via, que passa sobre nascentes e cursos d’água, evidencia uma relação paradoxal entre o tempo travado no trânsito e o fluxo que segue sob a rua. A imagem sintetiza a história do local: enquanto o entorno se transformou, com o crescimento urbano e a expansão das atividades comerciais, a infraestrutura da via permaneceu praticamente a mesma, tornando-se um gargalo em uma região que já não é a de décadas atrás.

Há pelo menos 17 anos, a situação alimenta preocupações distintas. Parte dos moradores cobra soluções para os congestionamentos e alerta para os riscos de acidentes durante o período chuvoso. Outros questionam os impactos ambientais de uma possível intervenção nas nascentes. Entre o tempo perdido no trânsito e a preservação dos cursos d’água, a proposta de duplicação da rua se tornou o centro de uma disputa que envolve mobilidade urbana, segurança e meio ambiente.

A Prefeitura de Goiânia abrirá, em 11 de novembro, a concorrência eletrônica para a licitação de R$ 9,3 milhões destinada à duplicação da Rua da Divisa. Isso, porém, não significa que a obra será realizada imediatamente, já que ainda existem questões jurídicas a serem resolvidas. O Ministério Público exige a realização de estudos de impacto ambiental, enquanto a Associação dos Moradores do Setor Jaó defende a construção de outra via, com um trajeto diferente, para ajudar a escoar o trânsito.

Diante desse cenário, o Jornal Opção foi ao bairro ouvir moradores, comerciantes e lideranças locais sobre a proposta de duplicação da rua.

O vereador Anselmo Pereira (MDB), que representa politicamente a região, defende a necessidade da intervenção. “O Jaó, quando foi lançado, não tinha toda essa conurbação em volta dele de atividades, inclusive atividades agora de governo, por exemplo, o TCE. Ele está na divisa do Jaó, mudou todo o pensamento da região. A abertura da rua da divisa hoje, que está quase por três quarteirões, é inevitável”, afirmou.

O parlamentar avalia que é possível executar a obra sem prejudicar o meio ambiente. “O que se precisa fazer é o alargamento, levantar o grid, proteger a bacia do rio que passa por baixo e não permitir uma circulação, uma mobilidade que venha prejudicar os moradores”, disse.

Edson Gomes, presidente da Associação das Empresas e dos Proprietários de Imóveis do Setor Jaó, alertou para os riscos associados ao local. “Aquela baixada ali, como está, ela é considerada pela Defesa Civil, e nós temos o laudo, como um local de alto risco de rompimento daquela barragem”, afirmou.

Ele também destacou as possíveis consequências de acidentes durante o período chuvoso. “Imagina uma pessoa nas chuvas, que agora vai começar inclusive o período chuvoso, a pessoa entra ali de noite e encontra um buracão. Vai causar acidente, vai morrer família. Então isso é uma medida urgente mesmo. Nós somos totalmente a favor da iniciativa da Prefeitura de Goiânia”, declarou.

Rita de Paula, que mantém há mais de 30 anos uma barraca de lanches em frente ao Mercadinho do Jaó, afirma que passa cerca de 18 horas por dia na região e utiliza a Rua da Divisa três vezes por semana. Ela relata que os congestionamentos aumentam o tempo e o custo de seus deslocamentos.

“Quando eu tenho que sair pra ir buscar mercadoria, por exemplo, se eu tiver que ir ao Ceasa, ali tem horário que você não passa. Aí você tem que dar a volta pelo Guanabara, ir pra fazer as

compras e voltar. É um custo a mais", contou.

Joel Soares, que vende pequi no Jaó há mais de 25 anos, diz que a Rua da Divisa é o "seu trieiro" e que passa pelo local todos os dias. Segundo ele, o maior problema é o alagamento durante as chuvas, que compromete a circulação.

"Passo ali na madrugada e na parte da tarde. Ali a questão é a chuva. Que alaga tudo e fica impossível passar. Às vezes, eu tenho que rodear lá no Santa Genoveva, chega até atrasado aqui", relatou.

Morador do bairro, Davi Pena afirma que a disputa em torno da rua é antiga e acredita que o desenvolvimento da região pode ocorrer sem comprometer a preservação ambiental.

"Há uma turma que quer preservar, outra turma que quer o desenvolvimento. Mas consegue-se desenvolver, preservando", afirmou.

Ele também demonstrou preocupação com o aumento do fluxo de veículos e os alagamentos durante o período chuvoso. "Porque o problema ali é o grande fluxo de veículos, quando chove o córrego sobe. Ela fica intransitável. Alagada. Tem até risco de vida ali", disse.

Esmerinda Dias também relatou os transtornos provocados pelo trânsito na via. "Todo dia passo para lá e para cá. Na volta, quando é horário de pico, é uma tortura. Tudo travado", contou.

Ela ainda mencionou os problemas enfrentados por caminhões que passam pelo trecho e os reflexos na rotina dos motoristas. "Quebra caminhão quase todo dia. Aí, você tem que ficar parada porque não tem como sair e fica presa, atrapalha a rotina", afirmou.

A discussão sobre a duplicação da Rua da Divisa começou em 2009, quando a Prefeitura de Goiânia passou a tentar viabilizar a obra. Desde então, o projeto enfrenta questionamentos ambientais e disputas sobre a melhor solução para o trânsito na região. A localização da via, em uma área de preservação permanente (APP) associada ao Córrego Jaó, tornou-se um dos principais pontos de conflito.

Em 2010, o conselheiro Edson Ferrari, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), já defendia a duplicação como forma de melhorar a circulação de veículos. Três anos depois, durante a construção da sede do tribunal, foi elaborado um projeto em parceria com a então Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), atual Goinfra. A proposta foi entregue à Prefeitura, então administrada por Paulo Garcia.

Em dezembro de 2019, conselheiros do TCE-GO se reuniram com o então prefeito Iris Rezende para discutir a execução da obra. Na ocasião, o prefeito demonstrou receptividade à demanda, mas a duplicação continuou sem sair do papel.

Em 2020, a Prefeitura realizou o Pregão Eletrônico nº 42/2020, com orçamento aproximado de R$ 6 milhões. A iniciativa, porém, foi questionada pelo 31º Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) e pela Associação de Moradores do Jaó. Em julho daquele ano, o Ministério Público de Goiás (MPGO) ajuizou uma ação civil pública para suspender a obra até a regularização das pendências identificadas.

Entre os pontos contestados estavam o licenciamento ambiental e a ausência de estudos considerados necessários pelo órgão ministerial. A movimentação de terras em uma Área de Preservação Permanente do Córrego Jaó também ampliou o conflito. A Justiça determinou a paralisação dos trabalhos e o cancelamento do pregão eletrônico.

Em fevereiro de 2021, o presidente do TCE-GO entregou simbolicamente o projeto ao então prefeito Rogério Cruz. A administração municipal informou que avaliava como dar continuidade à obra, que permanecia suspensa por decisão judicial. A reunião ocorreu depois de fortes chuvas provocarem alagamentos e danos em parte da pista.

Em 30 de novembro de 2023, uma decisão da 4ª Vara da Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos autorizou a duplicação e validou as licenças emitidas pela Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma). O Ministério Público, no entanto, contestou a dispensa do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) e recorreu da decisão.

O Conseg e a associação de moradores também questionavam os possíveis impactos da intervenção sobre o Córrego Jaó e o eventual aumento do tráfego pesado na região. Assim,

mesmo com a autorização judicial, o debate sobre os efeitos ambientais e a configuração da obra continuou.

A alternativa de utilizar uma área do Aeroporto Santa Genoveva para criar uma ligação viária também já era discutida naquele período. Em setembro de 2023, reportagens do Jornal Opção registraram que a Infraero havia sinalizado positivamente para a possibilidade de ceder uma área destinada à implantação de uma conexão alternativa. A proposta buscava melhorar o fluxo de veículos sem depender exclusivamente da ampliação da Rua da Divisa.

Em março de 2025, a Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seinfra) informou que o projeto previa a duplicação de aproximadamente 1,13 quilômetro, no trecho entre a sede do TCE-GO e a Avenida Sucuri.

A proposta também contemplava a substituição do pavimento, a elevação do nível da pista e o redimensionamento das estruturas de drenagem para enfrentar os alagamentos recorrentes. Naquele momento, a alternativa viária pela área do aeroporto continuava entre as possibilidades discutidas, mas dependia das autorizações necessárias.

Em 9 de abril de 2026, a Seinfra encaminhou à Secretaria Municipal de Eficiência (Sefic) um pedido de Licença Ambiental de Instalação. A solicitação representou uma nova etapa administrativa para a retomada do empreendimento. Em reportagem publicada no dia seguinte, ainda não havia prazo definido para o início das obras.

Em 30 de setembro de 2026, foi divulgada a cessão provisória de um terreno de 15,5 mil metros quadrados do Aeroporto Santa Genoveva à Prefeitura de Goiânia. A área poderá ser utilizada no projeto municipal, enquanto prossegue o processo de transferência definitiva do terreno pertencente à União.

A cessão representa um avanço na viabilização da proposta da Prefeitura, mas não significa, por si só, que a alternativa defendida pelos moradores tenha sido incorporada ao projeto. É necessário distinguir a utilização da área para viabilizar a duplicação da Rua da Divisa da construção de uma ligação viária com traçado diferente, como reivindica a associação de moradores.

Em outubro de 2026, a Prefeitura publicou um novo edital para contratar uma empresa responsável pela elaboração do projeto executivo e pela execução da obra, no regime de contratação semi-integrada. O valor estimado é de R$ 9.326.256,14.

A concorrência eletrônica está marcada para 11 de dezembro de 2026, às 10h. Portanto, a publicação do edital não significa que a contratação esteja concluída nem que as obras tenham começado. A execução ainda depende do andamento do processo de licitação e da resolução das questões jurídicas e ambientais relacionadas ao empreendimento.

De acordo com as informações divulgadas pela Seinfra e com o edital de 2026, a intervenção abrange cerca de 1,13 quilômetro da Rua da Divisa, entre a sede do TCE-GO e a Avenida Sucuri, no Setor Jaó.

O projeto prevê duplicação da pista, terraplanagem, pavimentação asfáltica, adequação do nível da rua e demolição e reconstrução de muros, calçadas e alambrados. Também estão previstas intervenções de drenagem, incluindo a implantação de galerias pluviais e a construção de um bueiro celular triplo, com o objetivo de melhorar o escoamento da água.

O custo estimado é de R$ 9,3 milhões, e a contratação será realizada pelo regime semi-integrado. A licitação está prevista para dezembro de 2026.

A existência de um novo edital, contudo, não encerra a discussão que se arrasta há mais de uma década. De um lado, moradores, comerciantes e representantes políticos apontam os congestionamentos, os alagamentos e os riscos à segurança como motivos para a intervenção. De outro, lideranças comunitárias e o Ministério Público questionam os impactos ambientais e defendem que a solução considere a preservação do Córrego Jaó.

A alternativa de utilizar uma área do Aeroporto Santa Genoveva permanece relevante nesse debate. Embora a cessão provisória do terreno à Prefeitura tenha avançado em setembro de 2026, ainda é necessário esclarecer se a área corresponde ao traçado defendido pela associação de moradores ou se será utilizada exclusivamente para viabilizar o projeto municipal de duplicação.